

# SENTIDO DA COLONIZAÇÃO E ESCRAVISMO: BREVE RELATO SOBRE A OBRA HISTORIOGRÁFICA DE CAIO PRADO JÚNIOR<sup>1</sup>

**Carlos Henrique Gileno**

Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara. E-mail: rosangela@fclar.unesp.br.

## RESUMO

*O presente artigo tem por objetivo descrever alguns aspectos da obra historiográfica do pensador Caio Prado Júnior (1907-1990), os quais estão inseridos nas controvérsias teóricas e práticas que nortearam as argumentações de intelectuais e políticos sobre a modernização da sociedade após os anos 30 do século XX. Metodologicamente, consideramos essencial a descrição histórica do período assinalado e a contextualização do debate entre Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre referente à influência da escravidão na formação da sociedade brasileira. Em suma, a formulação teórica do autor de Formação do Brasil Contemporâneo sobre o sentido da colonização e do escravismo inaugurou uma tradição de interpretação ao demonstrar alguns dos entraves à consolidação da cidadania democrática. A retomada daquela tradição é fundamental para a elaboração de uma agenda cultural, social e política no país hodierno, onde os entraves à modernização material e ao acesso à modernidade consubstanciada no acesso amplo aos direitos civis e políticos ainda é motivo essencial de discussão nas universidades e nos movimentos sociais.*

**PALAVRAS-CHAVE:** Caio Prado Júnior. Pensamento Político e Social no Brasil. Sentido da colonização. Escravidão.

## ABSTRACT

*The present article aims to describe some historiographical aspects of the work of author Caio Prado Júnior (1907-1990), that are part of theoretical and practical controversies that guided the arguments of intellectuals and politicians about the modernization of society after the 1930's. The historical description of the period as well as the contextualization of the debate between*

- 
1. Trabalho submetido em 18/06/17 e aprovado em 12/09/17. Para citar este artigo: GILENO, C. H. Sentido da colonização e escravismo: breve relato sobre a obra historiográfica de Caio Prado Júnior. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v.32, n. 1, p. 01-16, jan/jul, 2017. Disponível em: < <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>>. Acesso em: dia mês, ano. [v. em edição].

*Caio Prado Júnior and Gilberto Freyre regarding the influence of slavery on the formation of Brazilian society was considered essential methodologically. The theoretical formulation of the author of Formation of Contemporary Brazil, about the meaning of colonization and of slavery, inaugurated a tradition of interpretation, demonstrating some of the obstacles to the consolidation of democratic citizenship. The resumption of that tradition is fundamental for the elaboration of a cultural, social and political agenda in this country nowadays, where the obstacles to material improvement and access to modernity, embodied in the broad access to civil and political rights, is still an essential topic of discussion at universities and within social movements.*

**KEYWORDS:** *Caio Prado Júnior. Political and social thinking in Brazil. Sense of colonization. Slavery.*

## RESUMEN

*El presente artículo objetiva describir algunos aspectos de la obra historiográfica del pensador Caio Prado Júnior (1907-1990), los cuales están insertos en las controversias teóricas y prácticas que guiaron las argumentaciones de intelectuales y políticos sobre la modernización de la sociedad después de los años 30 del siglo XX. Metodológicamente consideramos esencial la descripción histórica del período señalado y la contextualización del debate entre Caio Prado Júnior y Gilberto Freyre, referente a la influencia de la esclavitud en la formación de la sociedad brasileña. En suma, la formulación teórica del autor de la Formación del Brasil Contemporáneo sobre el sentido de la colonización y del esclavismo, inauguró una tradición de interpretación al demostrar algunos de los obstáculos a la consolidación de la ciudadanía democrática. La retomada de esa tradición es fundamental para la elaboración de una agenda cultural, social y política en el país, donde los obstáculos a la modernización material y al acceso a la modernidad, consubstanciada en el amplio acceso a los derechos civiles y políticos, sigue siendo motivo esencial de discusión en las universidades y en los movimientos sociales.*

**PALABRAS CLAVE:** *Caio Prado Júnior. Pensamiento político y social en Brasil. Sentido de la colonización. Esclavitud.*

## INTRODUÇÃO

O sistema colonial que vigorou entre o renascimento italiano e a Revolução Francesa estava adstrito à acumulação primitiva de capital efetuada nos territórios do Velho Mundo. O exclusivo metropolitano, a política mercantilista, as expansões ultramarinas e a aplicação do trabalho compulsório nas colônias eram partes do extenso processo de dinamização das economias centrais europeias. Nessa conjuntura, a escravidão moderna

se constituiu em um elemento primordial para o desenvolvimento da industrialização durante o século XVIII<sup>2</sup>.

Os debates na Assembleia Constituinte de 1823 revelavam que o sentido da colonização ainda impunha limites ao desenvolvimento do processo de modernização do Brasil independente: a manutenção do escravismo e do monopólio da propriedade territorial patenteava a conservação interna das relações e estruturas coloniais em um contexto de profundas mudanças econômicas, institucionais e políticas. A Monarquia Constitucional Parlamentar, símbolo da modernidade do recém-formado Estado-Nação, defrontou-se com a necessidade premente de formular projetos de futuro que viabilizassem a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a organização da estrutura de poder institucional.

As propostas referentes à abolição gradual da escravatura apresentadas por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), na aludida assembleia, demonstravam que aqueles projetos fundariam o epicentro das discussões concernentes à modernização nacional do século XIX<sup>3</sup>. À vista disso, mesmo após a abolição jurídica da escravidão, a plena constituição dos direitos civis e políticos da maioria da população brasileira foi impossibilitada devido à sua herança. Assim, a reconstrução do passado colonial e imperial seria o foco dos estudos historiográficos da primeira metade do século passado.

O intelectual e político Caio da Silva Prado Júnior (1907-1990) interpretou a formação da sociedade brasileira amparado pelo método dialético-marxista, procedimento que distinguiu as suas ideias do fundamento culturalista presente na obra *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987) - influência do eminente antropólogo norte-americano Franz Uri Boas (1858-1942) - e da análise weberiana de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) contida em *Raízes do Brasil* (1936).

Título da introdução de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), o **Sentido da Colonização** é o conceito historiográfico que ancorou a crítica de

- 
2. Sobre esse assunto consultar NOVAIS, Fernando (1995). *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, p. 97-8; MARX, Karl (1988). A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, p. 275-80 e PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, p. 268 e seguintes.
  3. Sobre esse assunto consultar DOLHNIKOFF, Miriam (Org.) (1998). *José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Caio Prado Júnior em relação à formação da sociedade brasileira: No livro, o autor explanou o período colonial; entretanto, pretendia desdobrar o exame da história do Brasil do Império até as três primeiras décadas republicanas do século XX, tarefa que não foi levada a cabo (LAPA, 1999, p. 261).

Ora, em **Formação do Brasil Contemporâneo**, Caio Prado Júnior localizou de forma teórica no início da colonização portuguesa - um processo que reitera contradições pretéritas e que ocasiona desigualdades culturais, econômicas, sociais e políticas na cíclica história nacional. Na última parte do nomeado livro, intitulada **Vida Social**, o historiador paulistano indicou a presença negativa da escravidão que impediu - pelo seu atributo de instituição total - o desenvolvimento cultural e dos valores democráticos no país.

[...] para Caio Prado, a escravidão teria sido a única estrutura histórica organizada na sociedade colonial e com tudo o mais se alinhando em seu entorno. O período de escravidão até o século 19 determinou a organização do trabalho e da vida, a economia, a política e a cultura; também produziu todo um universo de valores, ideias, padrões, doutrinas, modos de ser, agir e pensar [...] (DIEHL, 2011, p. 349-50).

O intuito deste artigo é elencar brevemente aspectos essenciais da teoria historiográfica de Caio Prado Júnior, na qual o sentido da colonização e o escravismo compreendem um processo de longa duração, onde passado, presente e futuro se interpenetram.

## **A DÉCADA DOS 30: CONSERVAÇÃO E MUDANÇA**

Para descrever alguns aspectos da obra historiográfica de Caio Prado Júnior é pertinente mencionar a efervescência cultural, política e social sucedida no Brasil após a revolução de outubro de 1930, resultado de um processo que se iniciou na Proclamação da República (1889) e adentrou a década dos 20<sup>4</sup>. As primeiras manifestações de mudança começaram no emblemático ano de 1922: o clientelismo, o latifúndio, o patrimonialismo, o formalismo acadêmico e outras heranças sociopolíticas e culturais começaram a receber o impacto de novas concepções e propostas (IANNI, 1994, p. 24).

---

4. “[...] o movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na História não há dessas coisas” (CANDIDO, 1984, p. 27).

A instabilidade sociopolítica do pacto oligárquico, a emergência da incipiente industrialização, a organização do nascente proletariado urbano e a crise do capitalismo mundial ocorrida em 1929 suscitarão a contestação da hegemonia da burguesia cafeeira. Na década dos 20, e mesmo antes<sup>5</sup>, impôs-se o desafio de repensar a questão nacional à luz das transformações oriundas da abolição da escravidão e da derrocada da Monarquia Constitucional Parlamentar.

É já na República que iremos encontrar análises complexas sobre a organização política e social brasileira, primeiro com as publicações de Alberto Torres e, na década de 20, com algumas das mais importantes investigações de Oliveira Vianna e Gilberto Freire. Agora adquirem preeminência os temas relativos à formação histórica do país, as inter-relações entre sua estrutura econômica e social e sua estrutura política, os problemas de oligarquização política, seus condicionantes e efeitos, o jogo das raças, o conflito potencial entre elas e o tipo de organização provável em país como o Brasil, a função do Estado, os limites do privatismo e a definição da legitimidade do poder público. Enfim, durante, sobretudo a década de 20 elabora-se complexa e extensa agenda de problemas [...] É essa agenda que irá capturar a formação de uma nova geração de analistas, cujos ensaios e investigações surgirão em grande quantidade após a revolução de 1930 (SANTOS, 1978, p. 37).

As apreciações sobre o Brasil formuladas nos anos 30 tiveram as suas origens nas polêmicas originadas em décadas anteriores. Contudo, “[...] a Revolução de 30 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado” (IANNI, 1994, p. 27). De fato, havia ebulição cultural nas ciências e nas artes: simultaneamente às mudanças ocorridas na realidade material e política, a intelectualidade nacional buscava novas formas de sentir, de expressar e de (re) interpretar-se.

Até o primeiro quartel do século XX, as principais teorias jurídicas, econômicas, sociológicas e políticas foram elaboradas pelas faculdades de Direito de São Paulo, Olinda e Recife. Nesse contexto, os problemas do país eram equacionados sem a ajuda de instituições especializadas

---

5. O problema da questão nacional foi equacionado nos escritos de Tobias Barreto (1839-1889), Silvio Romero (1851-1914), Tavares Bastos (1839-1875), José Veríssimo (1857-1916), Joaquim Nabuco (1849-1910), Machado de Assis (1839-1908), Lima Barreto (1881-1922), Euclides da Cunha (1886-1909), Graça Aranha (1868-1931), Alberto Torres (1865-1917), entre muitos outros.

que propiciassem a produção e a divulgação dos conhecimentos sociais (SANTOS, 1978, p. 21-22). Na década dos 30, a instituição da **Escola de Sociologia e Política** (1933), da **Universidade de São Paulo** (1934) e da **Universidade do Distrito Federal** (1935), todas governamentais, procuravam valorizar o saber “técnico-científico” para explicar os diversos fenômenos sociais e políticos que estavam emergindo: a industrialização, a organização da classe operária, a questão da cidadania e das raças, o sindicalismo e o paternalismo autoritário do Estado (IANNI, 1994, p. 88-89).

Naquela perspectiva política e social em mudança, artistas, escritores, intelectuais e políticos cogitaram novas proposições para o equacionamento da questão nacional. O campo das ciências sociais foi influenciado pelos estudos de natureza histórico-sociológica consignados nas interpretações de Oliveira Vianna (1883-1951), Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Nas outras esferas da cultura, o momento histórico igualmente favoreceu a criação artística e literária: surgem Mário de Andrade (1893-1945), Oswald de Andrade (1890-1954), Graciliano Ramos (1890-1945), Candido Portinari (1903-1962), Heitor Villa Lobos (1887-1959), entre outros. Não obstante, apesar das transformações assinaladas, o país estava carregado de relações pretéritas (NOGUEIRA, 1988, p. 96).

A afirmação lukacsiana de que “a vida reproduz sempre o velho, produz incessantemente o novo, a luta entre o velho e o novo penetra em todas as manifestações da vida” adquire sentido histórico no terceiro decênio do século XX no Brasil (LUKÁCS, 1970, p. 203). A revolução de 30 acompanhou as tendências da Independência e da República: foi realizada “pelo alto”, sem agentes políticos e sociais que pudessem transformar as estruturas que prendiam a nação ao passado. A embrionária burguesia urbana e industrial era dependente da estrutura latifundiária e oligárquica ao necessitar dessa para afirmar-se no cenário político e efetuar a sua acumulação material.

Não foi possível viabilizar um sistema de poder independente dos interesses latifundiários, pois a grande propriedade ainda compunha a base da economia nacional. A dependência do setor urbano e industrial - apesar da grave crise política do sistema oligárquico impediu qualquer tipo de contestação que fosse capaz de romper o quadro institucional do período, levando os referidos setores a harmonizarem os seus interesses com a estrutura agrária (WEFFORT, 1966, p. 141).

Por outro lado, a fragmentação da economia cafeeira fomentou a crise da economia agroexportadora e permitiu a ascensão de setores agrários

menos ligados às atividades de exportação. Esses setores impulsionaram o processo de consolidação do capitalismo industrial no país, submetendo-o a um quadro de dependência em relação à estrutura agrária tradicional. O Estado foi o responsável pelo avanço material do país, visto que inexistia burguesia industrial que fosse capaz de assumir a frente do processo de modernização. Deveras, a harmonização da pauta entre o novo e o velho esteve presente no Estado: foi modernizador e autoritário, garantiu a industrialização ao mesmo tempo em que conciliou os seus interesses com os das elites agrárias; tal processo fez surgir sociedade civil incapaz de organizar os seus setores democraticamente.

O velho sistema oligárquico de dominação acabará derrotado, mas não será substituído por um regime democrático, e sim por uma articulação elitista administrada por um Estado autoritário e corporativista que, através da violência e da cooptação, submeterá a sociedade a si e assumirá feições fortemente “bonapartistas”. Em suma, a nova sociedade [...] terminará por alienar-se no Estado e entregar a ele a sua própria organização e direção. A República Nova prometida pelos revolucionários de 1930 irá se transfigurar no Estado Novo de 1937 (NOGUEIRA, 1988, p. 97).

Esse era um momento de conservação e mudança das estruturas administrativas, econômicas, institucionais, políticas e sociais. Inserido naquele cenário, Caio Prado Júnior percebeu a necessidade de revisitar teoricamente aspectos pretéritos que estavam presentes na sociedade brasileira. Ao refletir sobre o sentido da colonização e o legado do escravismo, o autor procurou construir um saber que pudesse acompanhar o processo de desenvolvimento econômico, político e social: *conditio sine qua non*<sup>6</sup> para a formulação de projetos de futuro.

## **INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA: O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO**

Em *Evolução Política do Brasil* (1933), Caio Prado Júnior demonstrou o método que orientaria as suas investigações sobre a formação política e social: a interpretação materialista da história (PRADO JÚNIOR, 1993, p. 7). Ao mobilizar aquela metodologia para analisar a nossa realidade,

---

6. Locução adjetiva da língua latina que significa “sem a qual não pode ser, indispensável, imprescindível”.

apreendeu determinações gerais que nortearam o sentido da colonização, categoria teórica que projeta relações pretéritas e presentes. Segundo o historiador Fernando Antônio Novais, Caio Prado Júnior em **Formação do Brasil Contemporâneo** (1942) reafirmou, ao final de cada capítulo, as teses veiculadas na **Introdução (O Sentido da Colonização)**: esse sentido é a “chave para a compreensão do conjunto” das suas obras (NOVAIS, 1986, p. 16).

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes: depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu [...] É com tal objetivo, objetivo exterior voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura bem como as atividades do país [...] (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 25-26).

A economia colonial estava submetida às carências do mercado internacional, abastecendo-o de produtos agrícolas e minerais de elevado valor. Nessas condições, não estava voltada para as exigências do mercado interno, mas para as necessidades do mercado exterior que precisava implantar no território recém-descoberto exploração agrícola em grande escala para atender ao ritmo de um processo histórico que consolidava a acumulação primitiva do capital no ocidente europeu.

A exploração agrícola em grande escala acompanhou os momentos da economia colonial, compreendendo a agricultura (açúcar, algodão e café), a mineração (ouro, diamantes), o extrativismo (pau-brasil, cacau, borracha, salsaparrilha, etc.). Essas atividades se organizaram em torno da grande propriedade monocultora composta por braços escravizados. São esses os elementos essenciais da organização econômica que, segundo Caio Prado Júnior, seguiram o país nos três séculos posteriores ao início da colonização: a grande propriedade escravocrata e reprodutora de um só produto, destinada a suprir o comércio europeu.

Entretanto, Caio Prado Júnior não se limitou a esboçar os elementos fundamentais que caracterizam o sentido da colonização; enunciou, antes de tudo, as mediações que tais elementos estabeleceram com a totalidade das nossas relações sociais, a saber: 1) concentração excessiva da riqueza que deixava a grande massa da população - na maioria escrava - em um



alto grau de penúria material e moral; 2) dependência política e econômica do País - mesmo depois de alcançar a condição de nação soberana - em relação à metrópole; 3) ínfimo nível técnico e cultural da colônia; 4) administração pública ineficiente feita de burocratas medíocres, etc. (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 87-93).

O autor, utilizando o conceito do sentido da colonização, pretendeu investigar a totalidade das relações políticas e sociais na forma de um desenvolvimento histórico movido pela contradição dialética consubstanciada na unicidade entre unidade e diferença (MARX, 1991, p. 16-23). Caio Prado Júnior, ao especificar os traços particulares que compõem a “evolução cíclica” da economia da colônia, não destruiu a unidade do real, pois o seu intuito era sublinhar os períodos histórico-sociais decisivos que fizeram parte da história concreta em que o universal - o sentido da colonização - se exprimiu.

[...] O método do livro (*Formação do Brasil Contemporâneo*) é claramente de “elevar-se do abstrato ao concreto”. Dessa forma, parte do que havia de mais abstrato na colônia, o sentido da colonização, e vai progressivamente se aproximando dessa unidade do diverso, totalidade, que é a vida colonial. Ou seja, num processo de síntese, vai reconstruindo o concreto colonial por etapas, até entendê-lo como totalidade (RICUPERO, 2007, p. 147).

É dentro dessa perspectiva metodológica que o autor de **Formação do Brasil Contemporâneo** procurou superar o nível fenomênico da realidade, quando formula um pensamento que teoricamente poderia acompanhar o movimento de conjunto da sociedade, ao conceber o desenvolvimento do processo histórico como uma unidade de contradições em movimento. Caio Prado Júnior revelou as formas assumidas pelos “ciclos” da economia brasileira e as suas mudanças no “tempo” e no “espaço” de acordo com a transformação de cada conjuntura mundial e dos recursos naturais disponíveis no território nacional.

Esta evolução cíclica, por arrancos, em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país, uma atrás da outra, não tem outra origem que o caráter da economia brasileira [...] desbrava-se o solo e instala-se nele o aparelhamento material necessário; e com isto se organiza a produção. Não se sairá disto, nem as condições em que se dispôs tal organização o permitem: continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos materiais

disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois abandona-se tudo em demandas de outras empresas, outras terras, novas perspectivas. O que fica para trás são restos, farrapos de uma humanidade em decomposição (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 123).

Fica evidente a dependência do Brasil em relação aos mercados externos. A prosperidade e a decadência do açúcar, dos centros mineradores e a ascensão da economia cafeeira são o resultado das variações das demandas do mercado internacional, impossibilitando uma organização econômica nacional que não estivesse vinculada aos interesses estrangeiros. Cada país “dependente, subordinado ou associado, se revela, mais uma vez, um subsistema altamente determinado pelos movimentos internacionais do grande capital” (IANNI, 1994, p. 57). Os “ciclos” da economia brasileira se modificam de acordo com as transformações que se dão na forma de acumulação capitalista, que passa de mercantilista a monopolista. O sentido da colonização revela as particularidades da formação histórico-social e econômica ao longo dos séculos, e produz o principal elemento estruturador da sociedade brasileira: a escravidão.

## **A ESCRAVIDÃO NO BRASIL: HERANÇA QUE IMPEDE A ORGANIZAÇÃO PLENA DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA**

A escravidão moderna nasceu com o estabelecimento da grande lavoura monocultora que necessitava de abundante mão de obra, quando quase todas as colônias dos trópicos recorreram à escravatura, adormecida desde o fim do Império Romano, para suprir a escassez da força de trabalho. Todavia, a escravidão moderna foi consequência de um contexto histórico particular: era categoria econômica fundamental para a consolidação do capitalismo comercial<sup>7</sup>.

---

7. “La esclavitud directa es el fundamento de nuestro industrialismo actual, al igual que las máquinas, el crédito, etc. Sin esclavitud no tendríamos algodón, sin algodón no tendríamos industria moderna. Es la esclavitud lo que ha dado valor a las colonias; son las colonias las que han creado el comercio mundial; es el comercio el que constituye la condición necesaria de la gran industria mecanizada. Por ello, con anterioridad a la trata de negros, las colonias no proporcionaban al Viejo Mundo más que muy pocos productos y no habían cambiado visiblemente la faz de la tierra. La esclavitud, pues, es una categoría económica de enorme importancia”. Carta de Marx a Ánñenkov (28 de dezembro de 1846). In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl (1972). *Materiales para la Historia de America Latina*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, p. 152.

Na Antiguidade, a escravidão aparentava algo “natural” e “espontâneo”, porquanto estava ligada àquela sociedade pela tradição, encaixando-se satisfatoriamente na “estrutura material e na fisionomia moral da sociedade antiga” (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 268)<sup>8</sup>. Outrossim, o intercâmbio cultural entre conquistadores e conquistados na Antiguidade era elevado. A escravização de povos antigos pelos romanos ofereceu a esses últimos a oportunidade de enriquecer a sua cultura, pois reuniram em Roma “[...] o que então havia de melhor e culturalmente mais elevado. Muito lhes deveu e muito deles aprendeu a civilização romana” (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 270).

Em contrapartida, a escravidão moderna não se prendia à tradição, atendendo somente as exigências do capitalismo mercantil ao proporcionar grandes lucros para os seus empreendedores; além disso, aquela escravidão despontou anacrônica: a Europa Ocidental já experimentava, desde o final do século XVIII, formas de trabalho mais afeitas às finalidades do capitalismo industrial. Podemos dizer que a escravidão moderna contrariava o desenvolvimento das bases materiais estabelecidas e os padrões morais que norteavam o ocidente europeu nos séculos em que ocorreu a exploração das terras de além-mar.

Não obstante, se no Velho Mundo a escravidão moderna prejudicou “os princípios e normas essenciais em que se fundava a sua cultura” (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 275), nas colônias americanas, provocou efeito mais funesto ao articular toda a estrutura da sociedade em função dos seus pressupostos. O africano foi apartado do seu continente para oferecer trabalho rudimentar numa grande lavoura que exigia mero esforço físico para a sua manutenção, sendo submetido ao trabalho “irracional” comandado pelo açoite do feitor.

Diferentemente do escravo antigo, o escravo moderno atuou “passivamente” na constituição cultural da colônia. O sentido da colonização – o fornecimento em grande escala dos recursos naturais da colônia para os mercados europeus - não formava empresas com caráter estável e duradouro que pudessem desenvolver tecnologia menos rústica, contudo, apenas

---

8. “A escravidão na Grécia ou em Roma seria como o salariado em nossos dias: embora discutida e seriamente contestada em sua legitimidade por alguns, aparece, contudo aos olhos do conjunto como qualquer coisa de fatal, necessário e insubstituível”. PRADO JÚNIOR, Caio (1942). *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Livraria Martins, p. 268.

gerava o “mais simples esforço material” para retirar da colônia os recursos necessários para o amplo abastecimento dos mercados estrangeiros.

Segundo Caio Prado Júnior, a influência da cultura africana ou indígena para a formação política e social brasileira foi mínima, uma vez que o sentido da colonização inibiu a participação da cultura das etnias escravizadas na formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, o escravo africano foi reduzido à penúria material e política ao adquirir as condições de “pária social” e “máquina de trabalho”.

Temos os elementos agora para concluirmos sobre a vida social da colônia, conclusões que nos darão o tom geral desta vida e o aspecto de conjunto que apresenta a obra da colonização portuguesa no Brasil. Observamos nos diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem conforme as circunstâncias e as exigências daquela empresa, brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente. Três raças e culturas largamente dispares, de que duas, semi-bárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, fornecerão o contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência da colonização, sem que para isso lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para eles; cuja escola única foi quase sempre o eito e a senzala (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 340).

Caio Prado Júnior não considerou que o cativo fosse integralmente agente passivo da história, mas existe na sua análise a ideia de que o escravo é “[...] um ser socialmente degradado, pertencente a uma cultura e a um povo inferior, mais que inferiorizado [...]” (SOUZA, 2011, p. 196). Em **Formação do Brasil Contemporâneo**, o historiador paulistano polemizou com Gilberto Freyre ao afirmar que a escravidão doméstica - apesar da sua enorme importância para o entendimento das nuances do sistema escravista - foi um espaço “[...] que canalizou para a vida brasileira a maior parte dos malefícios da escravidão. Do pouco que ela trouxe de favorável, também: a ternura e afetividade da mãe preta, e os saborosos quitutes da culinária afro-brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 286). Em nota a esse raciocínio, Caio Prado Júnior mencionou o Mestre de Apipucos:

Gilberto Freyre, na sua *Casa Grande & Senzala*, embora não faça expressamente a devida distinção entre esses dois setores diferentes do trabalho escravo, refere-se sobretudo e quase exclusivamente a este último [a escravidão

doméstica]. O subtítulo da sua obra, *formação da família brasileira*, e o objetivo principal que tem em mira o indicaram claramente (PRADO JÚNIOR, 1942, p. 303).

O egrégio abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910) reconhecia que os africanos escravizados formaram a cultura do país<sup>9</sup>. Em contrapartida, Gilberto Freyre admitiu a participação do mestiço na constituição da cultura ao censurar o racismo científico que rejeitava a noção de que a sociedade abarcou positivamente o influxo cultural da miscigenação. Em **Casa Grande & Senzala** é essencial à compreensão do sentido da formação do povo elucidar as relações estabelecidas entre as etnias de acordo com a distinção entre raça e cultura elaborada por Franz Boas: “Foi o estudo de antropologia sob a orientação do Professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural [...]” (FREYRE, 1994, p. XLVII).

A disjunção teórica entre raça e cultura indica que Gilberto Freyre identificou a realidade antropológica, sociológica e política do povo. A sociedade brasileira é constituída pela mestiçagem decorrente das relações culturais e sociais estabelecidas entre a casa grande e os seus arredores. Nessa conjuntura, o autor pernambucano assinalou que a mestiçagem integrou os costumes, a religiosidade, a música, os hábitos sexuais, as festas e a culinária, refutando a concepção de Oliveira Vianna de que os “senhores arianos” do latifúndio dominaram culturalmente negros e mestiços (WEFFORT, 2006, p. 287)<sup>10</sup>.

Por conseguinte, a análise de Gilberto Freyre do processo social e cultural da formação do país não considerou que a miscigenação isentou a sociedade brasileira do preconceito racial, sendo aquela sociedade contraditória pelos contatos culturais entre as etnias ao “[...] manifestar o racismo em determinadas circunstâncias, mas não aceita legitimá-lo; e, mesmo quando o pratica, manifesta, ao contrário, a propensão a combatê-lo” (WEFFORT, 2006, p. 288).

---

9. Sobre esse assunto consultar NABUCO, Joaquim (2000). **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha.

10. Sobre esse assunto consultar VIANNA, Oliveira (1987). **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década dos 30, o reconhecimento das lutas sociais por Caio Prado Júnior, da miscigenação por Gilberto Freyre, do patriarcalismo por Sérgio Buarque de Holanda e da influência do clã parental por Oliveira Vianna designava que a sociedade oligárquica em crise ainda impunha determinados padrões seculares de desenvolvimento material e cultural.

No referido debate com Gilberto Freyre referente à contribuição cultural das etnias escravizadas para a formação social do Brasil, Caio Prado Júnior sustentou a teoria da escravidão enquanto instituição impeditiva da futura organização cultural, econômica, intelectual e social dos libertos.

Em decorrência, *pretos boçais e índios apáticos* só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas. O resultado da sua contribuição estaria na massa da população livre, comprimida entre senhores e escravos, composta pelos *desclassificados* de toda ordem, na verdade e no seu entender o grande ônus da sociedade colonial (LAPA, 1999, p. 268).

Conforme Caio Prado Júnior, a colônia estava dividida em duas classes bem distintas: uma que comandava a colonização nos seus mais diferentes setores, e outra que - destituída de quaisquer meios materiais e políticos - formava a multidão trabalhadora. Nessa sociedade a divisão de classes é acentuada, e os comandados ou são “desclassificados”, “inúteis” e “inadaptados” ou vivem da prática do favor, ou seja, à sombra de senhor poderoso, desfrutando-lhe o auxílio material e político: são os “agregados” ou “moradores dos engenhos”<sup>11</sup>.

A vida política e social ficou marcada pelo sentido da colonização e pela instituição escravocrata. A abolição do trabalho compulsório evidenciou que a maioria da população ainda portava baixo grau de existência civil no Brasil contemporâneo. O sentido da colonização - onde o escravismo se constituiu apenas como um de seus elementos exteriores - não se modificou substancialmente, deixando o trabalhador, mesmo livre, quase sempre nas mesmas condições materiais e políticas do escravo. Caio Prado Júnior buscou no legado colonial a explicação da particularidade assumida

---

11. “[...] nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens dependem materialmente do favor, direto ou indireto, de um grande”. SCHWARZ, Roberto (1992). *Ao vencedor as batatas*. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades.

pela desigualdade na Colônia, Império e República, a qual impedia o pleno desenvolvimento da cidadania e da organização democrática no Brasil do século XX.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, A. A Revolução de 1930 e a Cultura. In: São Paulo: **Novos Estudos CEBRAP**, v. 2, n. 4, abr. 1984, p. 27-36.

DIEHL, A. (2011). Caio Prado Júnior: as ideias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: cultura e identidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 348-62.

DOLHNIKOFF, M. (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva: projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ENGELS, F.; MARX, K. **Materiales para la Historia de America Latina**. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1972.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

LAPA, J. R do A.. Caio Prado Júnior: Formação do Brasil Contemporâneo. In: MOTA, L. D. **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Editora SENAC, 1999, p. 257-272.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma Estética Marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1994.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva de capital. In: **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política**. 5. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991, Coleção *Os pensadores*.

NABUCO, J. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NOGUEIRA, M. A. Os Anos Trinta. In: Araraquara - UNESP: **Revista Perspectivas**, 1988.

NOVAIS, F. Caio Prado Júnior na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B. (Orgs.). **Inteligência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Livraria Martins, 1942.

\_\_\_\_\_. **Evolução Política do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

SANTOS, W. G. dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SOUZA, R. L. de. Caio Prado Júnior e o sentido da continuidade. In: SOUZA, R. L. de. **Pensamento Social Brasileiro: de Raul Pompéia a Caio Prado Júnior**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2011, p. 193-215.

SCHWARZ, R.. **Ao vencedor as batatas**. 4. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

VIANNA, O. **Instituições Políticas Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

WEFFORT, F. Estado e Massas no Brasil. In: Rio de Janeiro: **Revista Civilização Brasileira**, Ano I, n.7, mai. 1996.

\_\_\_\_\_. Gilberto Freyre: o povo mestiço. In: WEFFORT, F. **Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens**. São Paulo: Editora Ática, 2006, p. 275-295.